



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para a revitalização do 10º pavimento do prédio Sede do TRE-SC, localizado na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC. A contratação será por empreitada por preço unitário, conforme especificações deste Termo de Referência e documentos abaixo relacionados:

- Projeto Arquitetônico – P.ARQ.
 - Planta baixa (P.ARQ. 01/24)
 - Corte AA' (P.ARQ. 02/24)
 - Corte BB' e detalhes portas (P.ARQ. 03/24)
 - Planta de Demolições e Retiradas (P.ARQ. 04/24)
 - Planta de Piso Vinílico (P.ARQ. 05/24)
 - Planta de Piso Banheiros (P.ARQ. 06/24)
 - Planta de Rodapé (P.ARQ. 07/24)
 - Detalhamento Sanitários (P.ARQ. 08/24)
 - Planta de Divisórias em Gesso (P.ARQ. 09 a 17/24)
 - Planta de Divisórias em Vidro (P.ARQ. 18 a 20/24)
 - Planta de Forro (P.ARQ. 21 a 22/24)
 - Planta de Luminotécnico (P.ARQ. 23/24)
 - Planta de Pintura (P.ARQ. 24/24)
- Projeto de Revestimentos – P.REV.
 - Planta de layout (P.REV. 01/18)
 - Detalhamentos Sala Presidência (P.REV. 02 a 04/18)
 - Detalhamentos Sala Direção-Geral (P.REV. 05 a 06/18)
 - Detalhamentos Hall / Oficiais de Gabinete (P.REV. 07 a 12/18)
 - Detalhamentos Sala de Reuniões (P.REV. 13 a 14/18)
 - Detalhamentos Sala Assessorias (P.REV. 15 a 17/18)
 - Detalhamentos Copa (P.REV. 18/18)
- Projeto Hidrossanitário – P.HID. 01 a 04/04
- Projeto Elétrico – P.ELE. 01 a 05/05
- Projeto de Cabeamento Estruturado – P.CAB. 01/01
- Projeto de sonorização – P.SON.01/01
- Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.
- Planilha Orçamentária.
- Cronograma Físico-Financeiro.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2. Fundamentação da Contratação

Esta contratação atende à solicitação da Administração para revitalizar o 10º andar do Edifício Sede, visando a modernização do espaço a ser ocupado pelos gabinetes da Presidência e da Direção-Geral, assim como das Assessorias.

A revitalização do pavimento contempla adequações relacionadas à arquitetura e às instalações prediais que se encontram defasadas pois, nos últimos anos, foram realizadas apenas reformas pontuais. Atualmente, além de contemplar aspectos arquitetônicos desejados pela Administração, esta reforma geral tem como objetivos garantir a segurança das instalações prediais e o atendimento às normas técnicas vigentes.

3. Descrição da solução

Os serviços a serem executados, relacionados nas tabelas a seguir, estão contemplados detalhadamente no documento intitulado Memorial Descritivo e Caderno de Encargos e, os valores monetários a eles associados, estão discriminados na Planilha de Orçamento Geral, ambos anexos a este Termo de Referência.

Projeto Arquitetônico	Descrição Sucinta dos Serviços
Planta baixa e Cortes AA' e BB'	Nestes projetos estão definidos os ambientes que comporão o 10º pavimento do prédio Sede do TRE-SC. Da planta baixa consta a relação de esquadrias de madeira a serem utilizadas e, nos cortes, detalham-se todas as portas a serem instaladas. Optou-se por portas maciças em razão da necessidade de melhorar a atenuação acústica e pelo acabamento em laca PU, devido à maior durabilidade e resistência. Para garantir maior segurança com o controle remoto de acesso em tempo real, serão utilizadas fechaduras inteligentes nas Salas da Presidência, Direção-Geral e Assessorias, onde está localizada a Sala do Juiz Auxiliar da Presidência.
Planta de Demolições e Retiradas	Serão removidas as instalações existentes (elétrica e cabeamento estruturado, inclusive quadros elétricos e luminárias); divisórias navais e em gesso acartonado; pisos vinílicos e cerâmicos; revestimentos em azulejo e MDF; forros de gesso; louças, metais e acessórios; rodapés; painel de comunicação visual; entre outros itens elencados em projeto.
Planta de Piso Vinílico; Planta de Piso Banheiros e Planta de Rodapé	Nos ambientes de trabalho e nas circulações serão instalados piso vinílico em régua e, nos sanitários privativos e acessíveis, será instalado porcelanato. O modelo de piso vinílico escolhido apresenta maior espessura de capa, para resistir à utilização de cadeiras com rodízios e movimentação de mobiliários. O porcelanato tem acabamento natural e apresenta resistência ao escorregamento, em atendimento à norma de acessibilidade. Todos os rodapés serão novos e em poliestireno, que é um material 100% reciclável.
Detalhamento Sanitários	Os quatro sanitários do pavimento serão revitalizados, sendo dois deles adaptados ao uso de pessoas com deficiência (PCD). As instalações hidrossanitárias serão adequadas para atender aos novos layouts dos sanitários. Serão instaladas novas louças, metais e acessórios, cujos modelos foram especificados em razão de sua qualidade e durabilidade. Optou-se pelo revestimento de piso em porcelanato devido à sua resistência à ruptura e ao desgaste em comparação ao piso cerâmico, além da facilidade de limpeza e manutenção.
Planta de Divisórias em Gesso	Parte das vedações verticais internas serão em gesso acartonado com isolamento em lã de vidro para atenuação acústica, além da previsão de reforços localizados com chapas OSB, onde necessário à aplicação de cargas, como instalação de TVs, mostruários ou prateleiras.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Planta de Divisórias em Vidro	Serão instaladas divisórias e portas em vidro temperado com estrutura em alumínio anodizado nos locais definidos em projeto. Haverá portas de giro em vidro temperado encaixilhadas em estrutura de alumínio. Os perfis de alumínio em acabamento anodizado foram escolhidos em razão de sua resistência mecânica e à corrosão.
Planta de Forro	Serão instalados forros, sancas e cortineiros em gesso acartonado e também forro mineral modular nos locais indicados em projeto. Tais forros foram necessários para viabilizar o posicionamento das luminárias para atender aos layouts dos ambientes, uma vez que a laje é de concreto armado e não permite a passagem de novas tubulações elétricas (eletrodutos).
Planta de Luminotécnico	Todas as luminárias serão novas e suas posições e especificações estão indicadas em projeto e no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos. A quantidade de lúmens de cada luminária foi dimensionada para garantir iluminação adequada aos ambientes de trabalho.
Planta de Pintura	As paredes internas em gesso acartonado e externas em alvenaria receberão pintura acrílica, assim como os forros, sancas e cortineiros em gesso acartonado. As tintas especificadas, de qualidade Premium, apresentam maior poder de cobertura e maior durabilidade.

Projeto de Revestimentos	Descrição Sucinta dos Serviços
P.REV pranchas 01 a 18/18	Parte das divisórias em gesso acartonado ou paredes existentes receberão revestimento em MDF e armários baixos, com o objetivo de criar espaço (vãos) para a passagem das instalações elétricas e de cabeamento estruturado, de forma a não ficarem aparentes ou ser necessária uma quantidade excessiva de rasgos nas alvenarias. Além do efeito estético, contribuirão para a atenuação acústica dos ambientes e, no caso dos armários embutidos, para o armazenamento de materiais de uso rotineiro das unidades. As chapas de compensado especificadas possuem tratamento anti-fúngico e anti-cupim, apresentando maior durabilidade e vida útil.

Projeto Hidrossanitário	Descrição Sucinta dos Serviços
P.HID pranchas 01 a 04/04	Serão refeitas as instalações de água fria e esgoto dos novos sanitários e copa, conforme projeto e especificações contidas no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.

Projeto Elétrico	Descrição Sucinta dos Serviços
P.ELE pranchas 01 a 05/05	Todas as fiações, caixas, tomadas, interruptores, espelhos, quadros elétricos, disjuntores e luminárias serão novos. Os detalhes executivos e as especificações técnicas estão contemplados no projeto e no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos. Foram previstos no P.ELE os pontos de iluminação e sinalização de emergência.

Projeto de Cabeamento Estruturado	Descrição Sucinta dos Serviços
P.CAB prancha 01/01	Todos os cabos UTP, caixas, tomadas RJ45, espelhos e <i>patch panels</i> serão fornecidos pelo TRE-SC, com exceção das tomadas RJ45 constantes em canaletas de alumínio e divisórias em gesso. Os detalhes executivos e as especificações técnicas, que foram revisadas pela unidade técnica responsável no TRE-SC, estão contempladas no projeto e no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Projeto de Sonorização	Descrição Sucinta dos Serviços
P.SON prancha 01/01	Para garantir maior qualidade sonora em apresentações e reuniões institucionais, as salas da Presidência, Direção-Geral e de Reuniões receberão sistema de sonorização ambiente, conforme projeto e no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos. O mesmo sistema de sonorização será adotado na ante-sala de espera – Sala Oficiais de Gabinete, para proporcionar maior privacidade às salas da Presidência e Direção-Geral com uso de música ambiente.

Todos os serviços serão realizados com fornecimento de material pela empresa contratada. Os materiais e os procedimentos de execução de serviços estão detalhados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Os Estudos Preliminares da presente contratação encontram-se no PAE n. 24.042/2024.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Relação de materiais que serão utilizados nos serviços de revitalização do 10º pavimento do prédio Sede do TRE-SC (Quadros 1 a 5).

Quadro 1 Serviços de revitalização do 10º pavimento do prédio Sede do TRE-SC – Arquitetura

Projeto Arquitetônico	Materiais Indicados	Referências
Esguadrias de madeira – portas	Porta pivotante interna, caixilho em MDF Ultra, altura = 240 cm e largura = 90 cm, com vista lisa 70mm, folha 40mm de espessura sólida, pivô que suporte peso da porta, pintura em laca PU na cor branca (cód. 6503), com batentes e vistas reguláveis.	Porta pivotante Prime lisa, da Trada ou similar.
	Porta de giro interna, caixilho em MDF Ultra, vista lisa 70mm, folha 40mm de espessura sólida, pintura em laca PU na cor branca (cód. 6503), com batentes e vistas reguláveis em MDF Ultra, contratesta em inox, com perfil batente de borracha. Altura de 210cm e larguras de 90 e 70cm.	Referência: porta de giro Prime lisa, da Trada ou similar.
	Porta de correr interna, caixilho em MDF Ultra, com batentes e vistas reguláveis em MDF Ultra (vista de 70mm), folha 40mm de espessura sólida, trilho e roldana de alta duração, pintura em laca PU na cor branca (cód. 6503), altura = 210 cm; largura 100 cm.	Referência: porta de correr Prime lisa, da Trada ou similar.
Mola hidráulica de piso	Mola hidráulica de piso em aço inox para porta pivotante interna, com ângulo máximo de abertura de 130°, com função de retenção de abertura a 90°, para porta de até 950mm, DIN esquerdo e direito.	Mola hidráulica de piso para portas de dupla ação EN-3, cód. 932.77.010, da Häfele Brasil ou similar.
Fechaduras para portas de madeira	Fechadura para portas de giro, uso interno (banheiro), com roseta redonda e maçaneta tipo alavanca, em aço inox de alta resistência à corrosão (indicada para áreas litorâneas), máquina 4050/55mm; acabamento inox epóxi preto.	Fechadura linha BRAVA, cód. 10.86.593, para WC, acabamento IEP, da Arouca ou similar.
	Fechadura para porta de correr, uso interno, tipo bico de papagaio, distância de broca 29mm, acabamento em inox epóxi preto (IEP).	Fechadura tipo bico de papagaio, cód. 6629, acabamento IEP, da Arouca ou similar.
	Fechadura trinco rolete externa, para portas pivotantes, com roseta redonda, com cilindro 70 mm e máquina de 45mm, acabamento em inox epóxi preto (IEP).	Fechadura trinco rolete, cód. 4110/45TR, acabamento IEP, da Arouca ou similar.
Puxador tubular	Puxador tubular duplo em aço inox 304, diâmetro 38mm, acabamento anodizado preto fosco, comprimento 600mm, sendo 1 par por folha.	Puxador tubular em aço inox, acab. preto fosco, comp. 60cm, da Líder Portas e Janelas ou similar.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Piso vinílico	Piso vinílico heterogêneo com base compacta (HTC), em régua com dimensões aproximadas de 184x950mm; com espessura de 3 mm; peso acima de 5 kg/m ² ; valor nominal da espessura da capa de uso (G) mínima de 0,70 mm; resistência à abrasão Classe P (baixo teor de cargas); resistência ao escorregamento R9; classificação de reação ao fogo Classe II A; absorção do som ao impacto mínima de 4dB; emissão de COV menor que 100µg/m ³ (após 28 dias); resistência à ação de cadeiras com rodízios (não pode haver alterações superficiais nem ocorrer delaminações); caixas do mesmo lote de fabricação, para evitar diferenças de tonalidade.	Piso vinílico formato régua, Linha Ambiente Coleção Series, cor Cinnamon, cód. 24181629, dimensões 208x1230mm, da Tarkett ou similar
	Adesivo para aplicação de piso vinílico, com pH de 8 a 8,5 e densidade entre 1,2 – 1,4 g/mL.	Tarkett Globalfix ou similar.
Porcelanato	Piso porcelanato, acabamento natural, borda retificada, classe de uso 5, variação visual V3, dimensões aproximadas de 90 x 90 x 0,90 cm, coeficiente de atrito superfície seca 0,5, coeficiente de atrito superfície úmida 0,43, absorção da água ≤ 0,5%.	Porcelanato Ipanema Posto 07, cód. 12307E, da Portobello ou similar.
Rodapé em poliestireno	Rodapé em poliestireno (EPS) 100% virgem, altura de 100mm, espessura de 13 a 15 mm, comprimento de 2400mm, liso (sem frisos), na cor branca, VOC menor que 0,5 mg/m ³ .	Rodapé liso branco 10x1,3cm, cód. 50010, da Arquitech ou similar.
Louças sanitárias	Bacia sanitária acessível para caixa, com caixa acoplada, cor branca, incluso assento sanitário e acessórios para fixação com acabamento cromado.	Bacia com caixa acoplada, Linha Vogue Plus Conforto, cód. P.515.1, da Deca ou similar.
	Bacia sanitária com caixa acoplada, cor branca, incluso assento sanitário compatível e acessórios para fixação com acabamento cromado.	Bacia com caixa acoplada, Linha Vogue Plus, cód. P.5.17, da Deca ou similar.
	Cuba de embutir retangular branca, dimensões 480x355x170cm (largura, comprimento e altura).	Cuba de embutir retangular branca, cód. L.375.17, Linha L, da Deca ou similar.
	Cuba de sobrepor com mesa, formato oval, dimensões 60x40x135cm (largura x comprimento x altura), na cor branca.	Cuba de apoio oval com deck, branca, cód. L.14060.M.17, Deca ou similar.
Metais e acessórios sanitários	Acabamento para registro de gaveta em metal, acabamento cromado.	Linha Level, acabamento cromado, código 4900.C26.PQ, da Deca ou similar.
	Torneira de mesa com fechamento automático para lavatório, adaptada a PCD.	Decamatic Eco Conforto, cód.1173.C.CONF, da Deca ou similar. Aplicação: sanitários adaptados PCD.
	Torneira de mesa bica baixa para lavatório.	Linha Lift ColdStart, acabamento cromado, código 00796206, da Docol ou similar. Aplicação: sanitários Presidência e Direção-Geral.
	Válvula de escoamento para lavatório e cuba, acabamento cromado.	Válvula de escoamento para lavatório e cuba, acabamento cromado, cód. 1601.C, da Deca ou similar.
	Cabide metálico, acabamento cromado.	Cabide slim, acabamento cromado, cód. 2060.C.SLM, da Deca ou similar.
	Ducha higiênica com registro e derivação, acabamento cromado.	Linha Lift, cromada, código 00812206, da Docol ou similar.
	Assento plástico com fechamento suave para bacias sanitárias, cor branca.	Assento em plástico com microban para bacias Vogue Plus, branco, cód. AP.50.17, da Deca ou similar.
Divisórias em gesso acartonado	Placas de gesso acartonado, padrões ST (Standard), espessura 12,5 mm, com bordas rebaixadas.	Gypsum Drywall ou similar.
	Guias e montantes em aço galvanizado, tamanho 70mm, esp. da chapa 0,50mm, com revestimento em zinco.	Gypsum Drywall ou similar.
	Fita BA banda acústica, em polietileno expandido, para isolamento acústico dos encontro entre as estruturas de aço e pisos/lajes, largura 90mm, espessura 3 mm.	Gypsum Drywall ou similar.
	Fita JT fita em papel especial microporoso utilizada no tratamento das juntas entre as chapas.	Gypsum Drywall ou similar.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Chapa OSB com certificação APA, 100% de madeira de reflorestamento, com cantos selados, proteção anticupim e contra degradação por fungos, espessura 18,3mm, dimensões aprox. de 1,22 x 2,44 metros.	Chapa de madeira OSB Home Plus, da BC Compensados ou similar.
Divisórias em vidro temperado	Estrutura em alumínio anodizado, acabamento preto fosco - perfis quadrados com 5 e 10cm e perfis U para vidro temperado de 10mm de espessura.	Alumínio Tera Metais ou similar.
	Vidro temperado incolor, espessura de 10 mm (dez milímetros).	Blindex ou similar.
	Mola hidráulica de piso em aço inox para porta pivotante interna, com ângulo máximo de abertura de 130°, com função de retenção de abertura a 90°, para porta de até 950mm, DIN esquerdo e direito.	Mola hidráulica de piso para portas de dupla ação EN-3, cód. 932.77.010, da Häfele Brasil ou similar.
	Puxador tubular duplo em aço inox 304, diâmetro 38mm, acabamento anodizado preto fosco, comprimento 600mm, sendo 1 par por folha.	Puxador tubular aço inox, acabamento preto fosco, comp. 60cm, da Líder Portas e Janelas ou similar.
Forro mineral modular	Placa em fibra mineral, absorção sonora mínima 85% (NRC≥0,85), resistência ao fogo: classe IIA (conforme ABNT NBR 16.626), espessura mínima da chapa de 14 mm, borda da placa com acabamento reto T24 (sem rebaixo - sistema "lay-in"), modulação 625 x 625 mm, resistência à umidade de até 95%RH, peso por metro quadrado máximo de 4,5 kg/m², aparência branca, textura fina, lisa apenas com pequenos orifícios (microfuros), com aspecto suave arenoso.	Placa AMF THERMATEx Antaris, da Knauf Ceiling Solutions; Brillianto A, da OWA ou similar.
Luminotécnico	Luminária LED linear pendente: corpo em alumínio branco; luz direta e indireta; acabamento em pintura branca; refletor: chapa de aço pintada na cor branca; difusor em acrílico leitoso; LEDs SMD de alto desempenho; potência aprox. 105W; fluxo luminoso aprox. 11.715 lúmens; fecho aprox. 108°; temperatura de cor: 4.000K; IRC>80; IP20; medidas aproximadas: largura 4,8 cm; altura 9 cm; comprimento 168 cm.	Luminária código LLN23-12000840, da Lumicenter Iluminação ou similar.
	Luminária circular tela tensionada branca com estrutura em perfil de alumínio: diâmetro aprox. de 1,20 m; altura aprox. de 9 cm; temperatura de cor de 4.000K; acabamento lateral branco; potência aprox.: 130W; fluxo luminoso aprox.: 9.890 lúmens.	Luminária Dresscircle New Canada, da DressAll ou similar.
	Luminária LED linear de embutir com luz direta; potência mínima de 30W/m; corpo em alumínio; tampa em policarbonato; refletor em chapa de aço com pintura branca; difusor acrílico leitoso; LEDs SMD de alto desempenho; potência aprox. 35W; fluxo luminoso aprox. 3535 lúmens (3160 lm/m); temperatura de cor: 4.000K; IRC>80; IP20; dimensões aprox. largura 6,5 cm, altura 9,5 cm; comprimento 1,14 cm.	Luminária código LLN22-E4000840, da Lumicenter Iluminação ou similar.
	Luminária LED linear de sobrepor com luz direta; potência mínima de 30 W/m; corpo em alumínio; tampa em policarbonato; refletor em chapa de aço com pintura branca; difusor acrílico leitoso; LEDs SMD de alto desempenho; potência aprox. 52,5 W; fluxo luminoso aprox. 5150 lúmens (3080 lm/m); temperatura de cor: 4.000K; IRC>80; IP20; Dimensões aprox.: largura 6,0 cm, altura 9,0 cm; comprimento 1,68 cm.	Luminária código LLN03-S4800840, da Lumicenter Iluminação ou similar.
	Sistema magnético linear de sobrepor, cor dos elementos do conjunto: branca; drives de entrada: aprox. 180W; luminárias lineares de aprox. 24W, IP20, temperatura de cor 4.000K, fluxo luminoso aprox. 1.680 lúmens; luminárias lineares de aprox. 24W, IP20, temperatura de cor 4.000K, fluxo luminoso aprox. 840 lúmens; spots de potência aprox. 12W, IP20, aprox. 840 lúmens, temperatura de cor 4.000K; trilho de sobrepor com largura aprox. de 2,5 cm e altura aprox. de 4,8 cm.	Sistema magnético linear de sobrepor, linha MAG, da GAYA ou similar.
Tinta acrílica	Tinta acrílica qualidade Premium, acabamento fosco, nas cores Calopsita (cód. A014), Prata (cód. C161) e Branco Neve (cód. RM181), para interior e exterior. Atenção: massa corrida, fundo preparado e selador devem ser da mesma marca da tinta, para garantir melhor aderência e acabamento final.	Proteção Total Acrílico Premium, da Suvinil ou similar.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 2 Serviços de revitalização do 10º pavimento do prédio Sede do TRE-SC – Revestimentos

Projeto Revestimentos	Materiais Indicados	Referências
Painéis em MDF	MDF com revestimento melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces, chapas de dimensões aproximadas de 1850 x 2750mm, com certificação Painéis E1, proteção antibacteriana e antiviral Protekto Plus, produzido através de madeiras de reflorestamento certificadas pelo FSC, nos padrões de cor: Branco Diamante - linha Acetinatta; Cinza Sagrado - linha Essencial; Cinza Fóssil - linha Velluto e Freijó Puro – linha Essencial Wood.	Linhas Acetinatta, Essencial, Velluto e Essencial Wood, todas da Duratex ou similar.
Corrediças	Corrediça invisível para gavetas, com capacidade de carga mínima de 30kg, em aço zincado, com fechamento suave (amortecimento).	Corrediças modelo Matrix Invisa A30 GT3, da Hafele ou similar.
Dobradiças	Dobradiça tipo caneco com amortecedor integrado no braço, com ângulo de abertura 105°, em aço inox 304.	Dobradiças modelo Metalla 330-I, da Hafele ou similar.
Fechadura biométrica	Fechadura inteligente de embutir sem maçaneta para porta de madeira ou MDF, 1 folha, com até 100 biometrias, 100 tags, 15 senhas e acesso por aplicativo, na cor preta, 2 anos de garantia. Referência: fechadura inteligente de embutir sem maçaneta, cor preta.	Fechadura inteligente cód. MFR 7001, da Intelbras ou similar.

Quadro 3 Serviços de revitalização do 10º pavimento do prédio Sede do TRE-SC – Hidrossanitário

Projeto Hidrossanitário	Materiais Indicados	Referências
Caixa de gordura	Caixa coletora de gordura standard, capacidade total de 42 litros, com retenção de líquidos de 20 litros, dimensões aproximadas de 41x41x40cm.	Caixa de gordura 42 L, da Metasul ou similar.

Quadro 4 Serviços de revitalização do 10º pavimento do prédio Sede do TRE-SC – Elétrico

Projeto Elétrico	Materiais Indicados	Referências
Interruptores e tomadas de parede	Interruptores e tomadas (módulos variados).	Linha Pialplus, da Legrand ou similar.
Tomadas de piso com espelho	Tomadas de piso e acabamentos dos espelhos em aço inox com acabamento alto brilho.	Linha Piso, da Olivo SA ou similar.
Canaletas em alumínio	Canaletas em alumínio com septo de duas vias; acabamento em pintura eletrostática a pó cor branca; tampa plana lisa, fixada por pressão; com base e tampa; taxa de ocupação para os cabos atendendo as categorias 6, 6a e 7; dimensões 117mm(L)x 35mm(H); dimensões das paredes dos perfis: paredes externas: 1,5mm; septo divisor: 1,2mm; tampa: 1,2mm.	Canaletas em alumínio com septo duas vias, tampa plana lisa, branca, Linha R-40, da Dutotec ou similar.
Quadro Distribuição	Quadro distribuição branco de embutir para 60 disjuntores, em poliestireno com pintura na cor branca, dimensões 475X500X90mm, com barramento, padrão ABNT NBR 62208, classificação IP-54.	Quadro de distribuição modelo Platinnum Box, cód. PLA0320E, da Steck ou similar.277810 Steck
Alarme sonoro PCD	Alarme para emergência para banheiro acessível, audiovisual sem fio.	Alarme PCD audiovisual sem fio (wireless) Slim, cód. 113003, da Certiva ou similar.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quadro 5 Serviços de revitalização do 10º pavimento do prédio Sede do TRE-SC – Sonorização

Projeto Sonorização	Materiais Indicados	Referências
Caixas de som	Caixa de embutir 6" 100 W reta, modelo coaxial, potência 100W, alto falante 6", com woofer e tweeter, impedância de 8 Ohms, resposta de frequência de 50 a 20 KHz, dimensões aprox. de 200x200mm, cor branca.	Caixa de embutir 6" 100 W reta, da Frahm ou similar.
Amplificador	Amplificador potência 4x120W RMS 4 Ohms, com mídia, classe D, bivolt automático 90-240V, 2 vias, dimensões aproximadas de 70x436x230 mm.	Amplificador slim 4500 G5, da Frahm ou similar.
Amplificador	Amplificador com potência de 2x30W, classe D, um canal de saída (estéreo), dimensões aproximadas 26x60,6x82mm.	Amplificador RD HDMI TV, da Frahm ou similar.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

ATENÇÃO

- No momento da licitação, a(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar a marca e a especificação completa dos produtos descritos nos Quadros 1 a 5, que serão utilizados na execução do contrato.
- A(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.
- Os materiais indicados na licitação, apresentados juntamente com a proposta, serão de uso compulsório durante a execução dos serviços. A única hipótese aceitável de substituição de material será a indisponibilidade do material indicado no mercado, mediante comprovação.
- Não serão aceitos produtos de fabricantes que constem da listagem de empresas não-conformes no Programa Setorial da Qualidade – Tintas Imobiliárias, ligado ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, do Ministério das Cidades.

3.3. Códigos SIASG

Manutenção / reforma predial: 1627.

4. Requisitos da contratação

Devem ser atendidos os requisitos a seguir relacionados.

4.1 Requisitos Funcionais

- Adequação e segurança ao uso.
- Qualidade dos materiais.
- Perfeito funcionamento.
- Durabilidade e manutenibilidade dos produtos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4.2 Requisitos Não-Funcionais

- Padrão estético adequado ao ambiente institucional.
- Conforto, saúde e bem-estar.
- Segurança do imóvel e do patrimônio público.

4.3 Requisitos Externos

Devem ser atendidas todas as exigências normativas da ABNT e do INMETRO correlatas aos serviços contratados, além das normas abaixo relacionadas.

Quanto à qualidade dos materiais e execução dos serviços:

- ABNT NBR 14917-1:2022 – Revestimentos resilientes para pisos - manta e placa vinílica flexível homogênea ou heterogênea em PVC. Parte 1: Requisitos, características e classes.
- ABNT NBR 14917-2:2022 – Revestimentos resilientes para pisos - manta ou placa vinílica flexível homogênea ou heterogênea em PVC. Parte 2: Procedimentos para seleção, utilização, instalação, conservação e limpeza.
- ABNT NBR 16866:2022 – Poliestireno expandido (EPS) - Determinação das propriedades - Métodos de ensaio.
- ABNT NBR 9050:2020 versão corrigida 2021 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- ABNT NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução.
- ABNT NBR 5626:2020 – Sistemas prediais de água fria e água quente – Projeto, execução, operação e manutenção.
- ABNT NBR ISO 13006:2020 – Placas Cerâmicas: Definições, classificação, características e marcação.
- ABNT NBR 13753:1996 – Revestimento de piso interno e externo com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante: Procedimento.
- ABNT NBR 7200:1998 – Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas: Procedimento.
- ABNT NBR 5410:2004 versão corrigida 2008 – Instalações elétricas de baixa tensão.
- ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013 - Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior.
- ABNT NBR IEC 62722-2-1:2016 - Desempenho de luminárias - Parte 2-1: Requisitos particulares para luminárias LED.
- ABNT NBR IEC 62031:2022 - Módulos de LED para iluminação em geral - Especificações de segurança.
- ABNT NBR IEC 62504:2021 - Iluminação geral - LED e módulos de LED - Termos e definições.
- ABNT NBR IEC 61537:2013 - Encaminhamento de cabos — Sistemas de eletrocalhas para cabos e sistemas de leitos para cabos.
- Norma técnica DPSC/NT – 03 – Fornecimento de energia elétrica a edifícios de uso coletivo CELESC.
- ABNT NBR 15758-1:2009 - Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem - Parte 1: Requisitos para sistemas usados como paredes.
- ABNT NBR 15758-2:2009 - Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem - Parte 2: Requisitos para sistemas usados como forros.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ABNT NBR 15217:2018 - Perfisados de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Requisitos e métodos de ensaio.
- ABNT NBR 15270-1:2023 – Componentes cerâmicos – Blocos e tijolos para alvenaria. Parte 1: Requisitos.
- ABNT NBR 14698:2001 – Vidro temperado.
- ABNT NBR 7199:2016 – Vidros na Construção Civil – Projeto, Execução e Aplicações.
- ABNT NBR 12609:2022 - Alumínio e suas ligas — Tratamento de superfície — Requisitos para anodização para fins arquitetônicos.
- ABNT NBR 15807:2010 - Alumínio e suas ligas — Tratamento de superfície — Revestimento orgânico para bens de consumo – Requisitos.
- ABNT NBR ISO 14020:2002 - Rótulos e declarações ambientais - Princípios gerais.
- ABNT NBR 10443:2023 - Pintura industrial — Determinação da espessura da película seca sobre superfícies metálicas ferrosas e não ferrosas.
- ABNT NBR 11003:2023 – Pintura industrial — Determinação da aderência pelos métodos de corte na pintura.
- ABNT NBR 15.844:2015 – Rochas para revestimento — Requisitos para granitos.
- ABNT NBR NM 103:1998 - Desempenos de granito.
- ABNT NBR 14697:2023 - Vidro laminado.
- ABNT NBR 14565:2019 - Cabeamento estruturado para edifícios comerciais.
- ABNT NBR 11702:2021 – Tintas para construção civil: Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais – Classificação e requisitos.
- ABNT NBR 13245:2011 – Tintas para construção civil: execução de pinturas em edificações não industriais – Preparação de superfície.
- ABNT NBR 16407:2015 – Tintas para construção civil: método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais – determinação do teor de chumbo.
- ABNT NBR 17170:2022 – Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes;
- NBR 15.575-1:2024 – Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais.

Quanto à segurança durante a execução dos serviços:

- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual
- NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção
- ABNT NBR 7678:1983 – Segurança na execução de obras e serviços de construção.

Quanto à sustentabilidade:

- Lei n. 11.762, de 1º.08.2008, que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências.
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.
- Programa Setorial da Qualidade – Tintas Imobiliárias, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, Ministério das Cidades.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Quanto à gestão de reformas:

- NBR 16280:2024 – Reforma em edificações: Sistema de gestão de reformas – Requisitos.

4.4 Requisitos Técnicos

O detalhamento dos requisitos técnicos está disponibilizado no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.

- **Acompanhamento por profissional habilitado:** Engenheiro Civil ou Arquiteto, com formação plena, devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, para serviços relacionados aos projetos arquitetônico e de instalações hidrossanitárias e, Engenheiro Eletricista, com formação plena, devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, para serviços relacionados aos projetos elétrico, de cabeamento estruturado e sonorização: pretende-se que a execução dos serviços seja realizada dentro dos requisitos das normas técnicas vigentes para a garantia da qualidade e durabilidade.
- **Comprovação das referências dos produtos que serão utilizados:** a utilização de materiais com as especificações mínimas tem por objetivo manter a qualidade do projeto esperada e assegurar que as ofertas sejam de padrão igual ou superior às especificadas.
- **Comprovação de licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação final dos resíduos,** bem como autorização emitida pela municipalidade do local para a disposição dos resíduos: objetiva-se que o transporte e o descarte dos materiais sejam executados em atendimento às normas ambientais vigentes.
- **Comprovação de capacidade técnica através de atestados:** um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor do proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto do Termo de Referência.
- Considerando a estrutura mínima de profissionais e equipamentos demandada para a contratação, o objeto é incompatível com a natureza profissional de pessoa física.

4.5 Requisitos de Garantia

Garantia mínima de 5 (cinco) anos, com exceção de serviços de pintura em alvenaria, cuja garantia será de 3 (três) anos, em conformidade aos prazos de garantia sugeridos pela ABNT NBR 17170:2022 (Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes) e NBR 15.575-1:2024 (Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais), legislação vigente e análise de condições de exposição e uso.

Em relação aos serviços de pintura, arranhões, riscos e defeitos de acabamento serão analisados nas inspeções de recebimento provisório e definitivo, não cabendo garantia posterior nestes casos.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

- a) Em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC: apresentar os documentos relacionados no subitem 5.8.2;
- b) Aprovados os documentos pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA): iniciar os serviços em até 10 (dez) dias; nesse ínterim, será realizada reunião de alinhamento com a SEEA;
- c) Em até 22 (vinte e duas) semanas do início efetivo: executar os serviços conforme condições estipuladas neste Termo de Referência e documentos anexos;
- d) Em até 10 (dez) dias úteis: refazer serviços, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Encontra-se disponibilizado o Cronograma Físico-Financeiro para a execução dos serviços. A critério da Administração, podem ser suspensos os trabalhos em caso de impossibilidade da execução dos serviços, face aos prazos eleitorais e/ou administrativos.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os serviços serão realizados no 10º pavimento do Ed. Sede do TRE-SC, localizado na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório será realizado por meio de ateste em termo circunstanciado em até 10 (dez) dias, após a comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme artigo 140, inciso I, "a", da Lei 14.133/2021.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a CONTRATADA terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, em conformidade com o artigo 140, inciso I, "b", da Lei 14.133/2021, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no artigo 119 do mencionado diploma legal.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo de cada etapa do objeto.

5.5. Garantia do objeto

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, com exceção de serviços de pintura em alvenaria, cuja garantia será de 3 (três) anos.

Estes prazos de garantia foram definidos com base na NBR 17170:2022 (Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes) e NBR 15.575-1:2021 (Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais), legislação vigente e análise de condições de exposição e uso.

Em relação aos serviços de pintura, arranhões, riscos e defeitos de acabamento serão analisados nos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, não cabendo garantia posterior nesses casos.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei 14.133/2021 e art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto pela unidade responsável.

5.7. Obrigações da Contratante

5.7.1. Autorizar o início dos serviços.

5.7.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa CONTRATADA, a partir da aprovação pelo CONTRATANTE.

5.7.3. Promover a gestão da contratação por meio da equipe designada no subitem 6.2, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.

5.7.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.

5.7.5. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.

5.7.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta.

5.8.2. Apresentar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC (SEEA) os documentos abaixo relacionados em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:

5.8.2.1. Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica – RRT, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.

5.8.2.2. Apresentar o visto do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a legislação pertinente.

5.8.2.3. Providenciar e entregar à SEEA a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s) ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT(s), devidamente registrada no CREA-SC ou CAU-SC, de execução dos serviços contratados

5.8.2.4. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEEA no local onde serão realizados os serviços.

5.8.2.5. Fornecer à SEEA a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.

5.8.2.6. Providenciar placa de obra que deverá ser afixada em local visível, de acordo com as exigências do CREA-SC, devendo ser executada de acordo com modelo apresentado no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos, respeitando rigorosamente as referências cromáticas convencionais do TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.2.7. A Contratada poderá apresentar novo cronograma físico para execução dos serviços contratados de acordo com o seu planejamento, mantidos os percentuais de desembolso mensal previsto no Cronograma Físico-Financeiro anexo a este Termo de Referência, o qual deve ser elaborado preferencialmente pelo método PERT / CPM. Caso entenda necessário, em razão do período de início dos serviços, a Contratada poderá alterar a programação da execução dos serviços de forma a adequá-la em razão de suas novas previsões, devendo submeter à aprovação do Contratante.
- 5.8.3. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias, contados da aprovação, pela SEEA dos documentos e disposições relacionados no subitem 5.8.2.
- 5.8.4. Executar os serviços no prazo máximo de 22 (vinte e duas) semanas, contados do efetivo início dos serviços pela empresa contratada, conforme estabelecido no item 5.1.
- 5.8.4.1. Os serviços deverão ocorrer, preferencialmente, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, ou, excepcionalmente, em dias não úteis, mediante autorização e acompanhamento do gestor do contrato.
- 5.8.4.2. Todos os serviços deverão ser agendados com antecedência, especialmente os que causem interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e rede lógica/internet, pois as atividades no prédio não poderão ser interrompidas.
- 5.8.4.3. Os trabalhos que resultem em odores, ruídos, impeçam o fluxo de pessoas, carga e descarga de materiais, que possam colocar em risco a segurança ou causar transtornos aos usuários devem ser executados fora do horário de expediente externo do TRE-SC, que é das 12 às 19 horas, mediante prévia autorização do gestor do contrato.
- 5.8.4.4. Fornecer relatório diário dos serviços (diário de obras), com folhas numeradas e assinadas pelas partes, onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos serviços tais como: indicações técnicas, início e término das etapas, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, recebimento de materiais com a quantidade e qualidade de acordo com o projeto e a proposta, número de funcionários trabalhando, condições climáticas. O diário de obras deverá ser assinado diariamente pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo fiscal técnico.
- 5.8.4.5. Fornecer antecipadamente ao gestor, mantendo atualizada, relação nominal de todos os funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços contratados, informando os respectivos números de CPF.
- 5.8.5. Todas as medidas e cotas apresentadas nos projetos são indicativas, devendo ser confirmadas no local.
- 5.8.6. Refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.
- 5.8.6.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- 5.8.6.2. Correrão à conta da Contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 5.8.7. Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.
- 5.8.8. Assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços.
- 5.8.9. Empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.10. Executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.

5.8.11. Executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, INMETRO e demais legislações vigentes.

5.8.12. Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.

5.8.13. Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.

5.8.14. Recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.

5.8.15. Responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.

5.8.16. Serviços subcontratados de terceiros, no todo ou em parte, devem ser previamente aprovados pela SEEAC.

5.8.17. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.

5.8.18. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem.

5.8.19. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.8.20. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.

5.8.21. Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021: *“O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante”*.

5.8.22. Zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados.

5.8.23. Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.

5.8.24. Assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados.

5.8.25. Proceder, sempre que necessário, à remoção e ao transporte dos móveis, materiais e equipamentos dos ambientes afetados pela execução dos serviços, bem como, ao final dos serviços, o retorno aos locais adequados.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.26. Responsabilizar-se por toda a sinalização, incluindo placas, cavaletes e faixas, de forma a garantir uma eficiente divulgação dos transtornos e perigos dos serviços. A sinalização deverá indicar eventuais áreas de trânsito alternativo.

5.8.27. Prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, com exceção de serviços de pintura, cuja garantia será de 3 (três) anos.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Os responsáveis técnicos pela execução dos serviços devem comprovar sua qualificação profissional mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), se Engenheiro(a) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), se Arquiteto(a).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscal técnico	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, ou, na sua ausência, do seu substituto.

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEEA/CI/SIS/TRESC, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Preliminarmente à emissão da fatura, a Contratada encaminhará a medição dos serviços realizados à Fiscalização, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a Fiscalização realizará a conferência e autorizará o faturamento.

As Notas Fiscais serão emitidas e entregues ao gestor do contrato após autorização de faturamento, e devem conter a discriminação e os quantitativos dos materiais instalados e serviços realizados. Devem, ainda, estar acompanhadas de documentação comprobatória do último recolhimento dos encargos sociais efetuados pela Contratada, com a relação nominal dos empregados beneficiários e a certidão negativa de débitos trabalhistas emitida na data da emissão da Nota Fiscal do respectivo pagamento.

O gestor do contrato somente atestará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas pela Contratada todas as condições pactuadas.

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

Ao longo da execução do contrato, caso haja necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens acrescidos seguirão as orientações abaixo:

- a) para itens que já constam do contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados;
- b) para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região no período do orçamento base da licitação, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimado do Contratante;
- c) para os itens novos não constantes no SINAPI, os custos decorrerão de pesquisa de preços com 3 (três) fornecedores, se possível, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimado do Contratante;
- d) somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

Conforme art. 128 da Lei n. 14.133/2021, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem as planilhas orçamentárias.

Em caso de antecipação do prazo de execução em relação ao previsto no cronograma, as despesas administrativas serão pagas na proporção do número de dias realizados, aferidos por meio do registro da presença do responsável técnico no Diário de Obras. No caso de atraso na execução, por responsabilidade da Contratada, não caberá qualquer complementação dos valores de despesas administrativas.

As despesas administrativas serão medidas e pagas por mês, proporcionalmente ao percentual de serviços efetivamente executados, seguindo o cronograma entregue. A metodologia a ser adotada seguirá a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{valores itens executados no período de medição}^*}{\sum \text{valores itens da planilha}^*}$$

*Exceto o próprio item Despesas Administrativas.

Caso ocorram aditivos que ampliem ou reduzam o valor total do contrato, o valor a ser pago a título de despesas administrativas não será automaticamente alterado em proporção àquele. O custo com despesas administrativas, nessas circunstâncias, só pode ser modificado após revisão do Cronograma Físico-Financeiro que demonstre inequivocamente que as alterações promovidas implicam em alteração na duração dos serviços.

A autorização para faturamento fica condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços pela gestão do contrato.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se para o cálculo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação será global, de forma a viabilizar o melhor gerenciamento da execução contratual e as condições dos serviços durante o prazo de garantia.

9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor dar-se-á pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

O licitante classificado em primeiro lugar deve indicar a marca e a especificação completa dos produtos indicados nos Quadros 1 a 5 do subitem 3.2 deste Termo de Referência, que serão utilizados na execução do contrato.

Deve ser indicada apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, será exigido:

- a) declaração de disponibilidade dos profissionais responsáveis técnicos – Engenheiro Civil ou Arquiteto e Engenheiro Eletricista, devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes, e detentores de documentos que comprovem a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes para fins desta contratação;
- b) um ou mais atestados de capacidade técnica, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste Termo de Referência:
 - execução de instalações elétricas, contendo, obrigatoriamente, instalação um de quadro de distribuição de energia e mínimo de 100 pontos de consumo de energia; a comprovação dos critérios mínimos pode ser realizada com apresentação de contrato, planilha orçamentária ou documento equivalente, caso não esteja explícito na CAT;
 - *JUSTIFICATIVA: a comprovação de execução mínima de instalações elétricas visa aferir se a licitante preenche os pressupostos operacionais necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado e encontra amparo no Acórdão TCU nº 1.251/2022 (Segunda Câmara). A exigência de comprovação mínima guarda proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recai sobre os serviços de maior relevância monetária que envolvem segurança ao uso. Os valores exigidos não ultrapassam 50% do quantitativo de serviços que se pretende contratar.*
- c) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- d) registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;
- e) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto à Seção de Engenharia e Arquitetura, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br ou telefone (48) 3251-3364.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os profissionais indicados pelo licitante na forma da alínea “a” e “c” devem participar dos serviços objeto desta licitação, e será admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovados pela Administração.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, será exigido:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

O valor estimado da contratação está detalhado na Planilha de Orçamento Geral, anexa a este Termo de Referência, no valor de R\$ 761.984,72 (setecentos e sessenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I – Ordinário. Item 12: Manutenção Predial – OEPI2, OEPI3 e SGP3.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Esta contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, pois abrange a utilização de requisitos técnicos de construção sustentável na escolha de materiais e a exigência da destinação correta dos resíduos de construção e demolição, de acordo com as diretrizes do CONAMA.

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre pelo uso racional de recursos físicos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos, assim como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição baseiam-se em alguns pressupostos e exigências, a serem observados pela Contratada:

- substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza e conservação;
- descarte em conformidade com as legislações ambiental e sanitárias vigentes.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a mitigação e redução de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 761.984,72
Total		R\$ 761.984,72

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- advertência;
- multa;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas "b" a "e" do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.